rumos da luta

um jornal a serviço da classe operária e camponesa

"A teoria se converte em uma força material tão cedo seja apreendida pelas massas". **(KARL MARX)**

Uma publicação da **Célula Comunista de Trabalhadores (CCT)** e da **União Reconstrução Comunista (URC)** rumosdaluta@gmail.com **Número #25** **OUTUBRO/2023**

ISRAEL E O GENOCÍDIO NA PALESTINA

Leia o artigo na página 5

Sobre o sangue derramado dos jovens palestinos e brasileiros

Leia mais sobre o modelo de violência e repressão compartilhados entre os Estados de Israel e do Brasil na página 6

AS CONTRADIÇÕES DO CAPITALISMO E A RESISTÊNCIA DA CLASSE TRABALHADORA

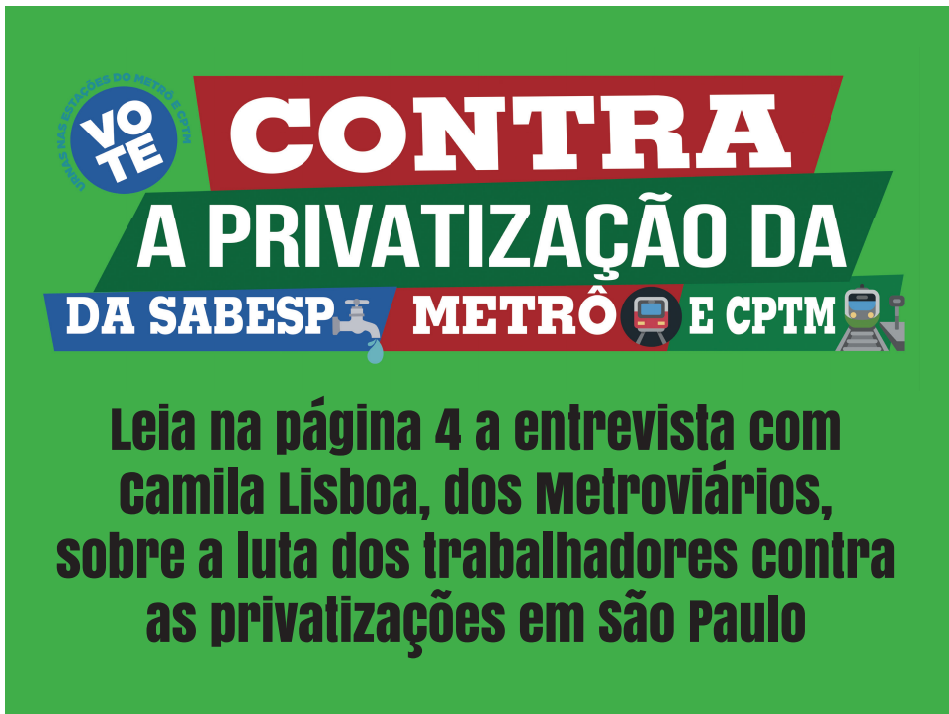
A cumplicidade desses setores com os ataques que estamos sofrendo, já estão sendo usados contra nós pelos setores reacionários da sociedade brasileira, que se valem dessa postura para fazer demagogia com as dezenas de milhões de brasileiros que vivem em condições de pobreza e precariedade, sem perspectivas. Sabemos, no entanto, que essa é a política da social-democracia desde sempre. Ela se reveza com o fascismo na administração do capitalismo e de suas crises para a burguesia. **LEIA O EDITORIAL NA PÁGINA 2**

Sobre as "classes perigosas" no Brasil

NACIONAL página 3

Mulher e Trabalho no Brasil

MULHERES página 7



Leia na página 4 a entrevista com Camila Lisboa, dos Metroviários, sobre a luta dos trabalhadores contra as privatizações em São Paulo

As contradições do capitalismo e a resistência da classe trabalhadora

A contradição fundamental do capitalismo, que se dá entre a burguesia e o proletariado, tem se aprofundado, com a burguesia resolvendo suas crises, em quase todo os países, impondo um padrão ainda maior de exploração sobre o proletariado.

Relatório divulgado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 2022, e analisado pela Tricontinental, é claro a respeito: segundo Vijay Prashad, a OIT descobriu que "aproximadamente um terço da força de trabalho global (35,4%) trabalhou mais de 48 horas por semana" e "um quinto do emprego global (20,3%) consiste em trabalho a tempo parcial, de menos de 35 horas por semana, saltando de emprego para emprego.(...) Em diversos países, aparecem propostas de aumento legal da jornada de trabalho, nos quais, como é o nosso caso, já se pratica uma jornada maior do que a legal em vários setores".

Mesmo com o aumento da exploração e a consequente degradação das condições de vida da classe trabalhadora, o sistema capitalista continua com modestas taxas de crescimento. Essa é a razão da intensificação da contradição entre as nações dominadas e o imperialismo. Na África, na Ásia e na América Latina acirra-se a política neocolonial. O Conselho de segurança da ONU aprovou nova intervenção no Haiti, a guerra entre Rússia e Ucrânia continua, sem solução a curto prazo.

Esta contradição é o pano de fundo da escalada de violência na Palestina. A guerra interessa ao imperialismo, seja para vender armas, seja para garantir territórios fornecedores de matérias-primas. Por isso, não interessa resolver o conflito, o que poderia ser feito se fossem implementadas as resoluções da ONU - Organização das Nações Unidas - de 1967. Mas, o que interessa às empresas imperialistas e seus governos é a continuidade dessas guerras, porque elas dão lucro.

A resistência dos trabalhadores varia. É mais forte onde o proletariado está organizado por partidos revolucionários e pelo sindicalismo classista dos trabalhadores, como dá exemplo a greve geral na Grécia, mas mesmo lá, há também o sindicalismo colaboracionista, que ajuda a burguesia. É o caso do Brasil, como temos constatado.

Por aqui, de acordo com relatório do DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócioeconômicos - publicado em agosto, realizaram-se 558 greves no primeiro semestre de 2023, sendo 58 % no setor público. Todavia, como temos analisado frequentemente em nossas páginas, partidos e "centrais" sindicais da esquerda da ordem não querem unificar essas lutas. De uns tempos a esta data, a desculpa é o fascismo.

Esses setores não querem lutar contra o governo Lula, que aplica essencialmente a mesma política econômica do governo anterior, porque isso poderia fortalecer a direita mais reacionária. Parecem crer que não lutando contra os ataques do atual governo contra nossos interesses, o fascismo se enfraquecerá, quando é justamente o contrário que ocorrerá. Além disso, no Brasil e em qualquer outra parte o fascismo não vai desaparecer por decreto, ou porque se prenderá esse ou aquele reacionário. Tampouco os interesses por detrás dos discursos da CPI do 8 de Janeiro buscam resolver o problema com a formal acusação aos militares e a Bolsonaro, assim como toda essa disputa de goela visa somente as eleições municipais do próximo ano.

A cumplicidade desses setores com os ataques que estamos sofrendo, já estão sendo usados contra nós pelos setores reacionários da sociedade brasileira, que se valem dessa postura para fazer demagogia com as dezenas de milhões de brasileiros que vivem em condições de pobreza e precariedade, sem perspectivas. Sabemos, no entanto, que essa é a política da social-democracia desde sempre. Ela se reveza com o fascismo na administração do capitalismo e de suas crises para a burguesia.

Devemos, sem ilusões, continuar o nosso trabalho de mobilização das lutas de resistência de todos os setores proletários e camadas médias empobrecidas, para a conquista de melhores salários e melhores condições de trabalho e pela superação revolucionária do capitalismo.

rumos da luta
um jornal a serviço da classe operária e camponesa

APOIE O JORNAL RUMOS DA LUTA!
Para viabilizar os custos do nosso jornal por mais um ano de vida, seguimos com o esquema de assinaturas únicas de apoio, no valor de R$ 100 (cem reais), com a qual você passa a receber mensalmente em sua casa um exemplar e assim também contribui com o desenvolvimento da nossa publicação.

Se você tiver interesse em assinar e nos apoiar, envie um e-mail para rumosdaluta@gmail.com ou pelo site www.novacultura.info/jornal

Sobre as "classes perigosas" no Brasil

O editorial da edição 23 de Rumos da Luta trouxe uma reflexão sobre a violência na sociedade e seus efeitos em nossas escolas. Como afirmado, a gravidade do problema exige soluções que combatam suas causas e não apenas seus efeitos.

Por isso, propomos aos nossos leitores o estudo da obra "As classes Perigosas: banditismo urbano e rural", de Alberto Passos Guimarães.

Nesta obra, o autor, após comparar os casos da Inglaterra e França, e analisa o crescimento da criminalidade no Brasil, demonstrando seu vínculo com o processo de desenvolvimento da formação social brasileira, onde a passagem ao capitalismo expulsou a população do campo para as cidades, criando uma massa de desempregados (superpopulação relativa), que, não encontrando meios honestos de sobrevivência, acaba por encontrá-los em meios ilícitos.

Mas o autor mostra, no trecho que citaremos abaixo e em outros, que a criminalidade não é "privilégio" das classes empobrecidas do povo. Na página 190 escreve: "(...) Também nas variações de conjuntura, quando pioram as condições de vida das classes pobres, quando a miséria e outros dados consequentes revelam uma piora da qualidade de vida, os fenômenos típicos da degenerescência social começam a manifestar-se em grau crescente. Nas classes médias e nas classes ricas, tornam-se mais frequentes os delitos e os crimes peculiares ao gênero de vida dessas classes: o comportamento individual se degrada, como atestam o consumo e o tráfico de tóxicos, os abusos sexuais e , subsequentemente, também se degrada o comportamento social. No plano dos crimes contra o patrimônio ou contra a propriedade, passam a multiplicar-se os chamados crimes white-collar (do colarinho branco), as falências fraudulentas, as formas mais imaginativas de corrupção nos negócios públicos e privados, o estelionato, a falsificação de moedas, os 'grandes golpes' facilitados pela completa impunidade de seus autores, sem excluir os atos de violência do Estado e dos particulares contra as classes pobres em geral".

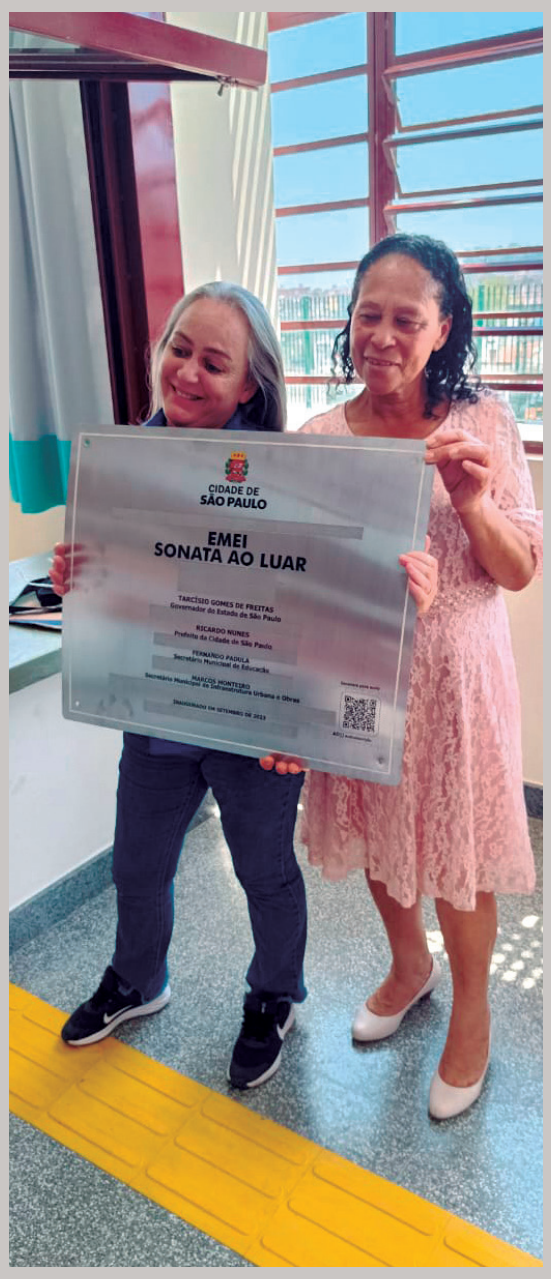
Ao longo desse ano temos exemplos evidentes (escândalo das Lojas Americanas, as pirâmides financeiras, etc.) do que é demonstrado por Guimarães em seu livro. Ao longo da nossa história, há uma montanha de casos que caíram no esquecimento.

Também são evidentes as razões pelas quais a imprensa burguesa e os partidos da ordem buscam evitar o debate mais profundo sobre tais ocorrências.

Para quem não quer ficar na superficialidade dos fenômenos, fica aqui mais essa sugestão de estudo.

A luta na Vila Yolanda continua

Em 2020, por iniciativa de um grupo de moradoras, com o apoio de professores e professoras que atuam na região, organizou uma pesquisa para saber quais as melhorias que necessitam ser feitas na região. Uma das principais demandas apontadas foi a construção de escolas na Vila Yolanda. Daí nasceu o Movimento Vila Yolanda (MOVY). Da luta dos próprios moradores do bairro nasceu a construição da EMEI Sonata ao Luar inaugurada na última semana de setembro. Contudo, apesar da primeira escola exigida já tenha sido construída (e ainda falte uma escola de Ensino Fundamental no bairro), a Vila Yolanda apresenta outras solicitações (problemas) que foram encaminhadas por e-mail, pelo SAC de número 3136044 e ofício ao subprefeito Lucas Sorillo: existe um muro na Praça do Stopim com trincas que precisa de análise de profissionais capacitados, bueiro com tampa quebrada, sujeira e entulho que dificulta a passagem de pessoas e crianças; corte de mato e manutenção da limpeza da praça. Problemas que com a chuva torna-se mais grave. Por isso, o MOVY segue em mobilização para exigir seus direitos e para pressionar que a Prefeitura cumpra sua obrigação.



NOVACULTURA.info
As edições anteriores do Rumos da Luta podem ser lidas, em PDF, na página criada pelo NOVACULTURA.info para a divulgação do jornal: www.novacultura.info/jornal

Entrevista com Camila Lisboa sobre a luta contra a privatização do Metrô, CPTM e Sabesp

O jornal Rumos da Luta conversou com Camila Lisboa, presidente do Sindicato dos Metroviários, sobre a luta unificada em andamento contra privatização da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) e da administração das linhas públicas do Metrô e da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), conjuntamente com os sindicatos das outras categorias. O Plebiscito Popular proposto como parte da luta para denunciar à população paulista o prejuízo da privatização desses serviços essenciais segue em andamento até o dia 5 de novembro. E os acontecimentos do mês de outubro reforçam a necessidade de contribuirmos ativamente nessa luta. Além da bem sucedida greve realizada no dia 3 de outubro, os metroviários também fizeram uma nova paralisação na tarde do dia 12 de outubro, nas linhas 1-Azul, 2-Verde, 3-Vermelha e 15-Prata do Metrô. A circulação dos trens foi interrompida por mais de duas horas por conta de um protesto dos funcionários contra retaliações sofridas com advertências aos grevistas, sem que houvesse a negociação prevista. Também em outubro, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, enviou uma proposta de privatização da Sabesp à Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) no dia 17, em caráter de urgência, para ter prioridade na votação e tramitação.

LEIA A ENTREVISTA COM A PRESIDENTE DO SINDICATO DOS METROVIÁRIOS E METROVIÁRIAS DE SÃO PAULO

Para a população o que significa a privatização de serviços essenciais como o Metrô, a CPTM e a SABESP?

Para a população a privatização do metrô da CPTM e da SABESP vai impactar na qualidade do serviço e as nossas referências pra dizer isso a experiência que a população está tendo com a privatização das linhas 8 e 9 da antiga CPTM e também a linha 5 do metrô piorou a qualidade, né? Mas se a gente quiser pegar outras referências tem a privatização do trem no Rio de Janeiro, da SuperVia, que é um serviço muito ruim, e o metrô também e o outro impacto que vai ter e que dá pra gente usar o Rio de Janeiro como referência é a possibilidade de aumento da tarifa. A gente tá falando por exemplo são as tarifas mais caras do Brasil, R$ 7,30 a passagem do trem, R$ 6,90 a do metrô. E no caso da privatização da água também é uma referência não só o Rio de Janeiro, mas de Manaus também. Em que onde houve privatização as tarifas de água, a conta de água também subiu então esse vai ser o principal impacto sobre a população, por isso que não é só dessa dos trabalhadores dessas empresas, mas também dos usuários.

A quem interessa a privatização destes serviços?

A privatização só interessa aos empresários das empresas privadas que estão de olho nesses modelos de contrato de concessão que garantem lucros por décadas. As concessões do transporte sobre trilhos tanto da linha 4 quanto da linha 5, quanto da linha 8 e 9 é exatamente isso. É a garantia do lucro por trinta anos. Sequer a receita tarifária importa pra essas empresas. Por exemplo, na Linha 4 Amarela se durante um mês nenhum passageiro andar não tem problema pra Linha 4 porque o lucro está garantido. Outro exemplo disso agora a linha 5, foi dado R$ 300 milhões do Estado justificado por perdas da época da pandemia. Uma reposição financeira que não houve para o metrô público e não houve pra CPTM públicas. Então outro exemplo disso é que acabou de sair uma nova lista dos bilionários do Brasil na lista da Forbes em que mostra os bilionários do Brasil e dos novos bilionários dois deles pertencem ao grupo CCR. Então a privatização só interessa às empresas. Os empresários que estão de olho nesses contratos que garantem o Estado máximo para os empresários e o Estado mínimo pra população que utiliza os serviços.

Como os sindicatos estão organizando a luta contra a privatização destes serviços?

Nós estamos fazendo uma grande luta unitária entre os sindicatos que representam os trabalhadores do metrô, da CPTM e da Sabesp. Desde o começo do ano a gente vem fazendo atividades em conjunto, audiências públicas. Fizemos plenárias com movimentos sociais e aí no dia 5 de setembro a gente fez um grande ato de lançamento do Plebiscito Popular e estamos fazendo o plebiscito que é um instrumento pra conversar com a população sobre essas ameaças, sobre os impactos da privatização na vida da população e parte dessa campanha foi fazer uma grande greve no dia 3 de outubro. Toda essa campanha não termina no dia 3, ao contrário, o plebiscito vai se estender até o dia 3 de novembro. E provavelmente a gente vai ter que fazer novas greves.

rumos da luta

um jornal a serviço da classe operária e camponesa

jornada de estudos do Rumos da Luta

Como consequência do trabalho da campanha "Brasil: pela Segunda e Definitiva Independência, realizou-se a segunda atividade no último mês de setembro, com um debate em torno do livro "Inflação e Monopólio no Brasil" de Alberto Passo Guimarães no Espaço Cultural Latinoamericano (ECLA), que fica na Rua da Abolição, 244, na Bela Vista. A próxima atividade será realizada no mesmo local serão no dia 16 de dezembro,quando teremos uma discussão sobre a questão do petróleo no Brasil e a defesa da soberania nacional diante dos interesses imperialistas.

mais informações: **rumosdaluta@gmail.com**

Israel e o genocídio na Palestina

Desde o dia 7 de outubro o mundo acompanha os ataques do Estado de Israel contra a Faixa de Gaza na Palestina. O governo sionista do fascista Benjamin Netanyahu (atolado até o pescoço pelos escândalos de corrupção) já despejou toneladas de bombas sob um território do tamanho da Zona Leste de São Paulo habitado por pouco mais de 2 milhões de pessoas, tentando assim completar o genocídio do povo palestino iniciado há 75 anos.

O Ministério da Saúde Pública da Faixa de Gaza apresentou um documento de 212 páginas que lista os 7.028 mártires palestinos assassinados por Israel – incluindo 2.913 crianças, 3.129 mulheres e 3.899 homens desde o início dos ataques. Da lista, 248 das crianças não puderam ser identificadas. O relatório ainda não inclui os aproximadamente 1.650 ausentes ou martirizados sob os escombros, incluindo 940 crianças. Também não inclui os nomes dos mártires que foram enterrados antes de chegar ao hospital, ou aqueles que não podiam ser identificados.

Contudo, mesmo diante dos números e histórico criminoso de Israel contra o povo palestino, podemos ver diariamente os meios de comunicação justificar o genocídio e tentar seguir a propaganda imperialista que busca desumanizar os palestinos, injetando o ódio contra os muçulmanos e árabes, para defender o Estado racista no qual Israel se transformou desde sua criação.

Buscam transformar os ataques de um dos Estados militarmente mais poderosos do mundo, e apoiado e sustentado pelos imperialistas dos Estados Unidos, contra uma população encarcerada em uma região transformada em um campo de concentração a céu aberto, como uma guerra somente contra o Hamas, grupo que governa a Faixa de Gaza há mais de 15 anos com apoio da população, e que reivindicou as ações contra Israel no dia 7 de outubro (rapidamente chamado de terrorismo por todos).

Já são dias de bombardeios massivos contra as cidades palestinas na região, destruindo mais da metade das casas, além de hospitais, escolas, mesquitas, igrejas, universidades e outros prédios públicos. Além disso, foram cortados todo fornecimento de água, de alimentos, de luz elétrica e de combustíveis, buscando tornar impossível qualquer sobrevivência dos palestinos e palestinas que nada tem a ver com as ações que apresentam com justificativas.

Nem mesmo os hospitais e os médicos que buscam atender, sob condições extremas, os atingidos pelas bombas israelenses foram poupados. No dia 17 o hospital Al-Ahli foi bombardeado pela força aérea israelense mesmo com o conhecimento de estar em funcionamento, tratando os feridos e abrigando os refugiados que tentavam fugir dos ataques de Israel. Mesmo organizações internacionais como o Anistia Internacional e a Cruz Vermelha (que estão longe de ser consideradas pró-Palestina ou pró-Hamas) condenaram mais esse crime de guerra que matou mais de 500 pessoas, entre pacientes, refugiados (a maioria crianças).

E as autoridades israelenses sequer tentam mais esconder suas intenções. Sob a justificativa de sua auto defesa contra o Hamas, falam abertamente em luta do bem contra o mal, das figuras da luz contra a escuridão, para avançar na matança e na ocupação de mais um território palestino. E acusa qualquer um que aponte sua política fascista é tratado como um antissemita, usando de forma covarde a história dos judeus assassinados pelo nazismo no Holocausto.

Na Organização das Nações Unidas, mesmo com as tentativas de frear a escalada da violência na Palestina, os países imperialistas da União Europeia e os Estados Unidos impedem qualquer medida nesse sentido, enquanto Israel demonstra abertamente que não será impedido pela diplomacia.

Mesmo diante das denúncias de todo esse massacre televisionado 24 horas por dia busca-se enganar as pessoas apresentando uma narrativa falsa de uma luta meramente religiosa, de um conflito interminável entre dois povos, entre dois lados que necessitavam negociar, quando não se apresentam abertamente na mídia brasileira a apologia sionista. Por isso é necessário que ampliemos a defesa da Palestina e demonstremos solidariedade incondicional diante desse genocídio em fase final.

PORTO ALEGRE FOI ÀS RUAS EM SOLIDARIEDADE AO POVO PALESTINO! Foi realizado um ato em Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul em defesa dos direitos humanos para o povo palestino, incluindo quase 500 crianças que se encontram presas nos cárceres israelenses . Os manifestantes se posicionam contra a ocupação permanente da Palestina por Israel há 75 anos. Mais de 1000 manifestantes participaram juntamente com parlamentares, lideranças sindicais , de movimentos sociais e juventude juntamente com a Federação Árabe Palestina do Brasil. A concentração ocorreu dentro e fora do Sindicato dos Municipários. A partir daí a passeata seguiu pelas ruas do bairro Cidade Baixa portando bandeiras da Palestina, do Brasil e das diferentes organizações participantes.Os manifestantes pediram pelo direito a vida dos Palestinos e a condenação de Israel, Estado Genocida que promove o extermínio do Povo Palestino.

Sobre o sangue derramado dos jovens palestinos e brasileiros

Em meio aos ataques do Estado de Israel contra o povo palestino na Faixa de Gaza (leia mais na página 5) que acompanhamos desde o início do mês nas páginas dos jornais e nas telas da televisão, não podemos de deixar de perceber algumas semelhanças com o que o Estado brasileiro faz na repressão contra as periferias.

A justificativa de combater uma organização como o Hamas, apoiado pela mídia e pela ideologia burguesa, não é muito diferente do que constantemente vemos nas incursões das polícias em favelas alardeadas pela demagogia da classe política e transmitida pelos programas de TV policialescos que justificam sua necessidade para combater o tráfico de drogas e a criminalidade.

Tanto lá como aquilo, a violência contra os povos é tratada como um dano colateral qualquer, que não seria evitável, quando não até mesmo celebrada como o combate do mal pelas mãos do bem civilizados. Seja a opressão e a morte dos palestinos no Oriente Médio ou a violência e o assassinato dos jovens pobres e negros nas periferias das grandes cidades brasileiras, são naturalizadas como algo inerente à manutenção da democracia burguesa.

Tal como nas favelas do Rio de Janeiro, por exemplo, os palestinos foram empurrados e confinados a viver na cidade de Gaza, que hoje tem uma das densidades populacionais mais altas do mundo: são em média 9 mil pessoas morando por quilômetro quadrado na cidade. Além disso, a principal cidade da região tem uma população extremamente jovem, com cerca de 60% dos moradores com menos de 25 anos, segundo o Gabinete Central de Estatísticas Palestino. Mais de 80% da população de Gaza vive na pobreza e o desemprego atinge grande parte da juventude.

Apesar de outro contexto, a situação não é mais animadora para os jovens brasileiros. Um levantamento de 2023 pela Fundação Abrinq apontou que quase 11 milhões de crianças e adolescentes no Brasil estão em situação de extrema pobreza. Pesquisas recentes também demonstram que o desemprego entre a população brasileira de 18 a 24 anos vem aumentando mais do que a média geral.

E é justamente na repressão sofrida que as duas realidades se aproximam. Somente no ano passado, 83% dos mortos no Brasil pela polícia eram negros e 52,9% tinham entre 12 e 24 anos.

Como é esperado, a indústria armamentista e as tecnologias da repressão são as mais rentáveis do mundo e engloba todos os governos, dos reacionários aos progressistas. Foi a partir do segundo governo Lula que houve uma aproximação comercial com Israel nesse setor a partir dos acordos de livre comércio do Mercosul. Das operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) realizadas em alguns estados brasileiros, passando pela missão no Haiti feita pelo Exército brasileiro e a organização da Copa do Mundo e das Olímpiadas, todos passaram por investimentos brasileiros nas importações de armamentos e de tecnologias de vigilância.

A ocupação das favelas no Rio de Janeiro, como a do Complexo da Maré, mediante a falida política das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) é um exemplo da importação da política de repressão militar do Estado sionista, com a aplicação de check-points e revista constante de moradores e da violência extensiva contra a população local. E como vemos hoje, em 2023, a situação da segurança pública do Rio de Janeiro segue ainda pior.

Como vemos, seja na Palestina ou nas favelas brasileiras, o modo de agir do Estado burguês é o mesmo, a repressão como forma de combater os pobres e oprimidos e minar o potencial de revolta do povo. E a lógica por detrás é a mesma, sob o sangue dos jovens palestinos e brasileiros está o lucro dos grandes grupos capitalistas que dominam a indústria armamentista do imperialismo.

ESTRATÉGIA PARA A LIBERTAÇÃO DA PALESTINA

O documento "Estratégia para a Libertação da Palestina" da Frente Popular pela Libertação da Palestina (FPLP) é um marco histórico da luta do povo palestino contra a ocupação sionista. Preparado pelo Segundo Congresso da FPLP realizado em 1969, o documento se transformou no fundamento da estratégia e tática da luta revolucionária do povo palestino pela libertação nacional, apresentando a compreensão da análise sobre a colonização da Palestina, as forças revolucionárias e os inimigos do povo, e logo se tornou em uma referência de análise marxista-leninista sobre a questão palestina.

www.novacultura.info/selo

Mulher e Trabalho no Brasil

No último dia 28 de junho de 2023 foi divulgado os primeiros resultados do Censo Demográfico de 2022 que apontaram novos dados e tendências da população e sua distribuição no território brasileiro. O censo é uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para fazer uma ampla coleta de dados sobre a população brasileira. Ela permite traçar um perfil socioeconômico do país, já que conta com os habitantes do território nacional, identifica suas características e revela como vivem os brasileiros.

De acordo com o Censo Demográfico o Brasil tem 203.062.512 habitantes. De 2010 a 2022, a taxa de crescimento anual da população do país foi de 0,52%. Trata-se da menor taxa desde o primeiro Censo do Brasil, em 1872.

A região Sudeste tem 84,8 milhões de habitantes, o que representa 41,8% da população do país. Os três estados brasileiros mais populosos - São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro - concentram 39,9% da população brasileira. A região Centro-Oeste é a menos populosa, com 16,3 milhões de habitantes, ou 8,0% da população do país.

Em 2022, as concentrações urbanas abrigavam 124,1 milhões de pessoas, 61%. Cerca de 44,8% dos municípios brasileiros tinham até 10 mil habitantes.

As mulheres são a maioria, pois segundo o IBGE, o número é superior em 4,8 milhões o de homens no Brasil. A população brasileira é composta por 48,9% de homens e 51,1% de mulheres.

De acordo com este último censo é possível ver na tabela (no canto inferior direito da página) a inserção da mulher brasileira no mercado de trabalho.

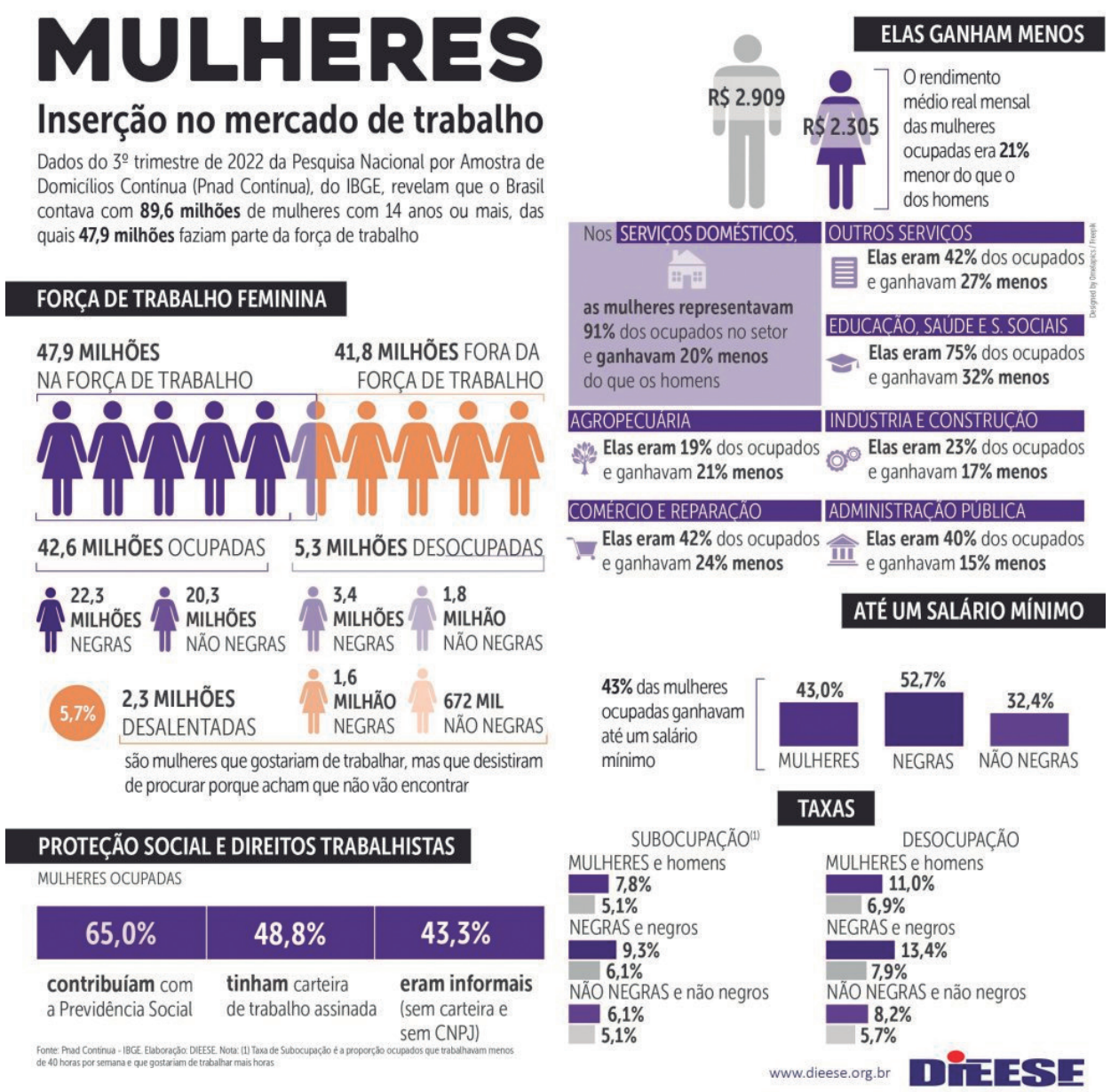
Estes dados trazem a oportunidade de aprofundar as reflexões sobre o atual papel da mulher no mercado de trabalho, demonstra as desigualdades salariais persistentes entre homens e mulheres e é possível observar a diferença no mercado de trabalho de acordo com a raça.

Através dos dados acima percebe-se que a porcentagem de mulheres ocupadas em comparação com as desocupadas não apresenta tanta discrepância, dados que não mostram o grau de escolaridade ou mesmo a classe social a qual pertencem estas mulheres. Segundo os números demonstrados muitas mulheres desistiram de procurar emprego mesmo precisando. Desistiram de procurar emprego formal e estão sem trabalho ou na informalidade? Que 43,3% embora trabalhem não possuem carteira assinada e nenhum direito trabalhista, por que se sujeitam a precariedade do trabalho sem direitos?

Que mesmo desenvolvendo um trabalho igual ao dos homens ainda apresentam um rendimento mensal 21% menor que o dos homens. Que majoritariamente os trabalhos domésticos são realizados por mulheres cerca de 91% ocupadas neste setor e ainda sim ganham 20% menos que os homens no mesmo trabalho.

O debate proporcionado pelo censo é estrutural, uma sociedade dividida em classes oferece historicamente menos oportunidades de trabalho aos trabalhadores que possuem somente a sua força de trabalho, trabalhadores que segundo o capitalismo muitas vezes não apresentam determinados requisitos para a sua inserção ao mercado de trabalho. As mulheres com certeza e o censo demonstra isso, são as mais afetadas e pelas necessidades se sujeitam a receberem menos nos diversos serviços ofertados, passando pelos trabalhos de limpeza e cuidado e até mesmo na administração pública ganham menos.

Por isso, a luta deve ser como já publicamos em números anteriores do nosso jornal: Trabalho igual, salário igual e engajamento na Campanha da Federação Sindical Mundial (FSM) pelas 35 horas semanais com redução de jornada e sem redução de salário.



HIP HOP E A CULTURA DAS PERIFERIAS BRASILEIRAS

No ano de 2023, comemoram-se 50 anos do surgimento do movimento hip-hop e de sua expressão musical, o Rap. Trata-se de um movimento cultural legitimamente popular, carregado da expressão de revolta e denúncia daqueles que sentem na pele diariamente a opressão do capitalismo, a violência do Estado contra os elementos marginalizados da sociedade e do desdém cultural da ideologia dominante.

As primeiras expressões do Rap, cujo nome é uma abreviação de rhythm and poetry (ritmo e poesia), surgiram na Jamaica, na década de 60, mas foi somente no início dos anos 70 quando Jamaicanos levaram esse estilo para os bairros pobres de Nova Iorque (O bairro do Bronx é considerado o berço do Rap nos EUA), que o Rap se consolidou de fato como expressão cultural popular do povo negro e latino-americano.

Nos anos 80, o Rap começa a se misturar com outros estilos musicais e alcança as periferias do mundo todo. É na segunda metade dessa década, em 1986, que a música chega ao Brasil, inicialmente na cidade de São Paulo. Mas é na década de 90 que o Rap tem sua "época de ouro" no país, com o surgimento de diversos expoentes no país todo.

Censura e violência policial

Como toda expressão cultural do povo oprimido, o Hip-hop sofreu e sofre duras repressões por parte do monopólio de violência do Estado. De acordo com o portal Nonada, entre 2020 e 2021 pelo menos 17 artistas do grafite, rap e funk foram alvos de abordagens policiais ou judiciais. Essa cifra é apenas dos artistas que foram ouvidos pela organização, e podemos assumir com segurança que o número real de casos de violência contra a cultura de periferia é exponencialmente maior.

Longe de serem casos isolados ou anomalias da sociedade moderna, a criminalização e repressão da cultura do povo é um procedimento sistemático na sociedade de classes, tomando a forma específica de repressão policial no Capitalismo. No Brasil, essa "tradição" possui um fio condutor que passa pelas batidas (literalmente) policiais em terreiros, criminalização da capoeira, controle dos cordões de carnaval, entre diversos outros exemplos. No caso do funk, chegou-se a propor um projeto de lei criminalizando a expressão cultural (Ideia Legislativa nº. 65.513, de 17 de maio de 2017). Cabe, portanto, a todos os defensores da cultura popular denunciar a opressão, formal ou não, do hip-hop.

Discriminação estética do Rap

Além do combate direto, explícito, através da violência, a cultura de periferia é combatida no campo ideológico através de teorias estéticas, de debates sobre a legitimidade cultural de suas expressões.

Tomemos o exemplo do Rap. Por ter como característica marcante a centralidade da poesia, de sua mensagem em palavras, acima da invenção musical "pura", o Rap costuma sofrer ataques por sua inadequação aos moldes da música Ocidental europeia.

Há, também opiniões mais amenas, sutis, como a expressa pela revista "Música Brasileira" em 2007, que categorizou o Rap como "nem música nem não-música, também por não se adequar à santa trindade da música culta europeia: harmonia, melodia e ritmo (diga-se de passagem, algo considerado ultrapassado até mesmo por estetas burgueses mais avançados).

Ora, uma expressão que não se origina da cultura dominante europeia dificilmente se adequará a suas premissas teóricas. Os estetas burgueses, por seu lado, não conseguem enxergar além de suas próprias teorias, ou seja, consideram que os aspectos teóricos que definem sua música são de alguma forma universais, aplicando-se indiscriminadamente a qualquer expressão musical.

A cultura dos povos, na realidade, está cheia de expressões em que a poesia aparece como elemento principal apoiado por música: o repente no Brasil e até mesmo a prática dos cantos monódicos da Grécia antiga são exemplos. Além disso, a surdez dos "teóricos" burgueses parece ignorar a prática dos DJs, que não apenas foram responsáveis por importantes criações musicais na cultura do hip-hop, como desenvolveram uma prática virtuosa de mixagem e montagem musical em tempo real com os "turntables".

Na verdade, essas "teorias" musicais nada mais são do que discriminação e racismo embelezados por princípios estéticos da ideologia das classes dominantes. Celebremos, portanto, o Hip-Hop e o Rap como legítimas expressões culturais do povo.